

## Luiz Werneck Vianna | Entrevista

por Gisele Araújo, Christian Lynch, Joëlle Rouchou e Antonio Herculano

Criado solto pelas ruas de Ipanema, o sociólogo Luiz Werneck Vianna aprendeu rapidamente a perceber as diferenças entre as classes sociais, morando em um bairro de classe média alta, ilhado entre favelas e o mar. Adolescente, sob a influência da literatura social da época, se deixou sensibilizar pelas causas dos mais necessitados e filiou-se ao Partido Comunista. Esteve preso e exilado. Hoje, Werneck é reconhecido como um dos principais analistas da sociedade brasileira contemporânea. Formou-se em direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, 1962) e em ciências sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, 1967). Seu doutorado em sociologia foi defendido na Universidade de São Paulo (USP) em 1976. Foi presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) e professor do finado Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), contribuindo para o prestígio alcançado pela instituição. Atualmente, é professor do Departamento de Sociologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), coordenador do Centro de Estudos Direito e Sociedade (Cedes) e membro do Conselho Consultivo do Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça. Sua tese de doutorado, *Liberalismo e sindicato no Brasil*, saiu em livro em 1976 e fez parte de uma série de estudos que transformaram as análises sociológicas do Brasil. Mantendo intensa atividade como formador de opinião através da imprensa, Werneck também consolidou sua posição de destaque no meio acadêmico com publicações como *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil* (1997), *A judicialização da política e das relações sociais no Brasil* (em parceria com Maria Alice Rezende de Carvalho, Manuel Palacios Cunha Melo e Marcelo Baumann Burgos, 1999) e *Esquerda brasileira e tradição republicana: estudos de conjuntura sobre a era FHC-Lula* (2006).



Escritos – Falando em outras ocasiões, você enfatiza que, tendo nascido em 1938, as imagens dos acontecimentos de 1945, da guerra, do fim da guerra e da redemocratização marcaram a sua vocação e aquilo que você colocou para si como sendo a sua inserção no mundo. É tão forte essa marca?

É sim. Eu sou filho da guerra, embora ela fosse tão distante. Não sei por onde isso chegou na minha casa. Não houve portadores domésticos; peguei no ar. Havia um vizinho de origem germânica que ouvia rádios alemães. Todos sabiam que a realidade da Alemanha era assustadora, assim como era assustador o blecaute. Não se podia acender um fósforo, na época dos bombardeios. Em algumas casas das classes médias brasileiras houve dias de pânico. Eu, ainda criança, fiquei com a atenção despertada para a política. Outra influência infantil foi a minha leitura da vida de Cristo. Tiveram que tirar o livro das minhas mãos, de tão condoído que eu ficava por aquela narrativa. Eu tinha uma sensibilidade muito particular. Levava os meninos pobres da rua para dentro de casa. Tinha a característica doentia de chamar as dores do mundo para mim e acreditava que tudo tinha remédio. O mundo infantil em que eu vivia era o que Monteiro Lobato criou, no sítio

da dona Benta, com Pedrinho, Narizinho, tia Anastácia. Eu lia aqueles livros sem parar. Perdi as vezes que li *Reinações de Narizinho*.

Escritos – O Monteiro Lobato americanista também?

Eu peguei o americanismo por aí, não pela obra adulta do Monteiro Lobato, que fui conhecer mais tarde. Em *O poço do Visconde*, por exemplo, há vários momentos em que a burocracia é vista como uma inimiga e tem um episódio em que eles expulsam o burocrata do sítio. O mundo de Monteiro Lobato era um mundo cheio de valores. Ele só foi fazer literatura infantil, inclusive, depois de ter passado pelas grandes derrotas da vida adulta, a questão do petróleo, a questão do aço.

Escritos – E como entra na sua formação essa classe média particular que havia em Ipanema? Ipanema era lacerdistas. Você tinha tudo para ser um antigetulista.

Sem dúvida. Inclusive por influência familiar, embora aí houvesse divisão. Mas eu estava mais afetivamente ligado aos parentes lacerdistas, inclusive às minhas tias, que reivindicavam com muita força um parentesco com o Lacerda, que era Werneck por parte de mãe. Mas havia várias Ipanemas. A da [rua] Montenegro, hoje Vinícius de Moraes, era um canto mais arejado, mais ilustrado, onde circulavam alguns intelectuais ilustres de esquerda: o velho Valério Konder, o [Carlos Viriato de] Saboia, entre outros. A da confluência da [rua] Barão da Torre com a Maria Quitéria, na boca da praça N. S. da Paz, era um canto que nós cuidávamos como um lugar livre; um lugar de gangue, onde jogávamos futebol e passávamos o dia. Essa minha Ipanema era muito diferente da outra. Nós todos passamos pelo [colégio] Santo Inácio e nenhum de nós conseguiu completar os estudos ali. O desempenho escolar era muito insignificante e ou repetíamos o ano ou não nos concediam matrícula para renovar. Meus pais se separaram quando eu tinha 4 anos. Eu vivia solto no mundo, com uma avó, que morreu logo depois, uma mãe e minha irmã. Minha mãe trabalhava e tinha a vida dela. Antes de entrar na adolescência, eu e minha irmã já éramos soltos.

Escritos – Você disse que nasceu sob o signo da política, numa época em que a política invadia o cotidiano das pessoas.

Invadia geral. Ipanema era um bairro militantemente de direita. Mas eu, com aquela sensibilidade muito exasperada, tinha a percepção de que os pobres votavam em Getúlio. Em 1950, com 12 anos, me lembro de ter perguntado a um trocador de bonde: – Em quem você vai votar?

– Getúlio, claro!

Escritos – Essa centralidade da política que você percebeu tanto na sua juventude deixou de existir?

Deixou de existir no Rio, que é um canto do mundo muito particular. Primeiro porque é um lugar não ocupado pelas elites tradicionais, que foram deslocadas do interior do estado para a capital, na passagem do século XVIII para o século XIX, e se desconstituíram como elite, entre as quais um pedaço da minha família. Minha avó materna conversava em francês fluente com as minhas tias, quando não queriam que eu entendesse. Ela nasceu em uma fazenda. Eu vinha de classe alta por todos os lados. Minha avó era Avelar Werneck. Quem tinha dinheiro mesmo era Avelar, que vinha do marquês de Avelar. Eu vivia então com esse monumental desequilíbrio de *status*, um caso clássico. Toda a marca originária era de classe alta. Era uma vida com valores aristocráticos – das minhas tias, da minha avó paterna, da minha avó materna (o pai dela foi almirante no Império) – com recursos de classe média baixa. Resultava numa carga para mim que era a seguinte: você vai ser um herói providencial para a família. Eram cargas que iam se pondo em mim e que eu aceitava tranquilamente.

Escritos – Você fala muitas vezes da influência da literatura russa, Dostoievski em particular.

Isso depois, lá pelos 16 anos. Ele já era muito lido na geração anterior à minha. Graciliano [Ramos], por exemplo. Para esse meu mundo de *status* quebrado, o Dostoievski era muito natural. Além do mais, ele trata de situações em que o moderno não abriu passagem inteiramente e que admitem setores médios intelectuais vivendo num mundo de fabulação: o Raskolnikov, personagem de *Crime e castigo*, que cultuava os ideais de grandeza napoleônicos. Era um mundo de valores muito exal-

tados, que excluía o mercado. Eu não poderia escolher uma atividade pensando em mercado, mas por ela ser útil socialmente, como forma de servir e intervir. Ao mesmo tempo, meu meio era culturalmente nada instigante, tanto na minha casa quanto no meu círculo de colegas. Eu tive colegas de rua que conheci aos 5 anos e fomos até os 20 juntos. Mas era uma continuidade de vizinhança, pelo interesse do futebol, da cultura masculina. Depois, jamais nos vimos.

Escritos – E onde você foi achar interlocução? Só quando entrou na universidade?

Na universidade também não. Foi no CPC [Centro Popular de Cultura, da União Nacional dos Estudantes], em 1961. Antes eu não tinha nenhuma. Vivia numa fabulação e minhas tias suspeitavam do meu quixotismo – que era uma posição que eu achava adequada ao mundo.

Escritos – Em 1961, no CPC, você já havia se definido como homem de esquerda?

Já. Eu quis entrar para o Partido [Comunista] por deliberação minha, sem que o Partido tivesse chegado a mim. Entrar para o Partido era um desígnio, era o meu destino natural, era onde eu ia ter os instrumentos para intervir, enfim. Aos 15, em 1953, eu fui expulso de um colégio acusado de comunista. Os pais dos meus colegas foram ao diretor e se queixaram de que eu estaria exercendo uma influência negativa sobre os filhos. Minha mãe foi fazer a minha matrícula e não aceitaram. Ela entrou em casa chorando, porque eu estava desgraçando a vida dela. Aí eu fui lá e o diretor do colégio me falou do que se tratava. Lá pelas tantas ele fez a pergunta:

– Mas você é ou não é comunista?

E eu disse:

– Eu sou.

Eu não era... Ser comunista era cavalgar as minhas ideias, exercer aquela sensibilidade, uma vocação. A essa altura, eu tinha também a literatura e os homens da esquerda criados ficcionalmente. Tem autores que ninguém lê mais, mas a minha geração lia muito, como Erich Maria Remarque, Roger Martin du Gard. *Les Thibault* para mim foi central, foi régua e compasso.

Escritos – Quem te introduziu a essas leituras?

Meu pai, com quem eu retomei contato a partir dos 15 anos. Ele era uma pessoa com sentimentos de esquerda, coração de esquerda. Minha mãe nunca se meteu em nada, nem em estudo, nem no que eu devia ser na vida. A única coisa que eu tinha que ser era reto.

Escritos – Por que você foi fazer direito?

Porque era uma profissão masculina; não era vocacional, não. Por mim, eu teria feito neolatinas, uma coisa assim, por gosto. Muitos colegas do [colégio] Pedro II foram para neolatinas. Eu fiz direito na atual Uerj, que funcionava na rua do Catete, de 1958 a 1962. Tive aula com o Afonso Arinos, com o Roberto Lyra. E eu não gostava deles. Hoje eu me arrependo de não ter aproveitado nada do Arinos, mas o sentimento de animosidade era tal, eram campos tão antagônicos, que eu não conseguia ouvir o que ele falava.

Escritos – Você acha que o fato de você ter estudado direito influenciou os seus estudos contemporâneos?

Eu fui aprendendo no caminho. Do ponto de vista teórico estava o marxismo. Do ponto de vista prático, o que poderia significar o direito? Defesa dos desamparados, dos oprimidos? Para alguns, sim. Havia um grupo de advogados criminalistas de talento – vou citar dois, Humberto Teles e Augusto Thompson Flores – que tinham essa visão poética da profissão. Não à toa, tudo isso era combinado com muita boemia, muita dissipação. No primeiro ano da faculdade fui para o escritório de advocacia do Alfredo Tranjan, um criminalista conhecido. Ali eu me encontrava com estudantes e com esses advogados de vida mais poética, mais boêmia, que faziam defesas cheias de requinte, cheias de floreios. Todos muito bons.

Escritos – Foi por essa época que você conheceu o Iseb [Instituto Superior de Estudos Brasileiros]?

Fui aluno do Iseb depois de 1962, já formado. Peguei Nelson Werneck Sodré, [Oswaldo] Gusmão e outros. Fiz um ano de curso. Eu era aluno regular. Esse é

um outro momento, mas também de energia. É um momento dos intelectuais. A articulação do Iseb com o CPC era forte, não tanto pelo Iseb. Era o CPC que procurava o Iseb como lugar de formação de ideias. Eu não pensava em estudo não, pensava em ação. Eu queria me informar, ter um mapa, saber o que era certo, o que devia ser feito. O Nelson Werneck Sodré e os outros eram nossos heróis intelectuais.

Escritos – O que foi o golpe militar de 1964 para vocês?

Foi o fim. Houve dois momentos fortíssimos que dramatizaram a minha geração do ponto de vista da política: o suicídio de Getúlio e a virada à direita com a eleição do Jânio. Mas 1964 foi o fim. Tormentos sobre o que fazer, várias tentações, tentação do exílio, tentação da luta armada. Boa parte da minha geração foi para o exílio. Eu respondi a cinco IPMs [Inquéritos Policiais-Militares] por várias razões. Pela Faculdade Nacional de Filosofia, pelo CPC, por isso, por aquilo. De vez em quando vinha lá uma intimação. Eu só fui a uma.

Escritos – Você voltou à universidade em 64, para estudar ciências sociais. Por que nesse momento voltar à academia?

Essa foi uma quebra da ação para o estudo. Eu tinha a necessidade de trazer alguma movimentação à vida. A minha geração vinha de muita animação. Nós estávamos com a pilha inteiramente carregada quando veio o golpe de 64, e muito despreparados para entender o que tinha acontecido. Só fui me encontrar muito tempo depois. Logo depois do golpe, eu ia na casa do Carlos Estevam Martins e nós ficávamos especulando sobre o que tinha havido. Não tínhamos uma explicação razoável, salvo aquela do imperialismo norte-americano. Cogitávamos sobre o porquê daquele mundo tão robusto ter caído como um castelo de cartas diante de nós.

Escritos – E como, na época, você construiu sua interpretação sobre 64?

Um primeiro momento de lucidez começou quando nós passamos a perceber que o país não ia parar, não ia retroagir, que ia seguir se modernizando

de um outro jeito. Todo o diagnóstico anterior era de que a ação combinada entre imperialismo e latifúndio ia obstar o desenvolvimento das forças produtivas do país e obrigá-lo a retroceder. Mas ele continuou se desenvolvendo. Hoje essa é uma questão banal, mas na época não era. Qual a galeria de casos que nós tínhamos para interpretar o Brasil? França, Estados Unidos... Os casos que poderiam ser fecundos nos eram inteiramente alheios: Alemanha, Itália, Japão, países que tinham rompido o caminho para o moderno por uma via autoritária, preservando o papel das elites fundiárias em combinação com as elites industriais ascendentes. Até que isso fosse decifrado por nós, o mundo já tinha rolado muito. As ferramentas eram indisponíveis em 64, 65. Além do fato de não se ter bibliografia. Era um deserto cognitivo monumental! O que pode ser dito em defesa da minha geração, se é que ela merece defesa, é que, apesar da pobreza, da rusticidade dos instrumentos de que ela dispunha, ela varejou muitos caminhos. Nas artes ainda mais: uma geração brilhante de artistas compartilhou essa experiência, Caetano [Veloso], [Gilberto] Gil, Chico [Buarque de Hollanda]... E o problema era sentido muito especialmente no Rio de Janeiro. O Estado Novo tinha devastado o Rio de Janeiro, silenciando e também cooptando. Os estudos marxistas no Brasil, no Rio de Janeiro em particular, eram uma pobreza. *O capital* só veio a ser traduzido em 68, 69, por aí, em plena ditadura. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia* só foi traduzido na ditadura. Aliás foi *best-seller*. Na época vendeu 80 mil exemplares, um livro que não era mais lido na Rússia de jeito nenhum!

Escritos – Como era o Rio de Janeiro antes de 1964?

O Rio de Janeiro tinha uma efervescência de sentimentos, uma herança jacobina. Os intelectuais que circulavam no CPC, no Iseb, etc., iam à vida popular de uma forma messiânica, pedagógica. Não para dar visibilidade ou chamar à civilização, mas para a denúncia da exploração, e isso era feito via cultura. Da Alemanha, tinha o exemplo do Piscator, que era muito lido aqui por esse grupo de intelectuais de esquerda. Brecht era uma referência muito poderosa. Mas não dá para esquecer também que as presenças mais significativas vinham de São Paulo, o Teatro de Arena, o Boal, que estudou fora. O Rio seguiu muito enclausurado, muito prisioneiro das estruturas burocráticas estatais. Havia o mundo

dos folguedos nas franjas de uma atitude dissipada. Formas mais significativas e autênticas você encontra lá atrás, na geração de 1920. Eram grandes intelectuais distantes deste mundo, embora estivessem buscando a entrada no mercado. Esse foi o caminho do João de Barro [Carlos Alberto Ferreira Braga, o Braguinha]. Era dessa turma do [Bando de] Tangarás. O próprio Noel [Rosa] estava visualizando o mercado através do rádio. Era esse o tipo de *intelligentsia* do Rio. Depois, houve a tentativa da criação da Universidade do Distrito Federal.

Escritos – Em 64, você entrou nas ciências sociais, mas continuou advogando.

Eu advogava gratuitamente a favor de presos políticos em um escritório com Modesto da Silveira e José Quarto de Oliveira Borges. Na faculdade não tinha mais ninguém, foi todo mundo embora. Costa Pinto, Darcy [Ribeiro]... Eu fiquei e convivi com jovens que iam entrar para a luta armada, muitos deles colegas dos bancos escolares. Eu era um Matusalém, tinha 24 anos de idade, casado, dois filhos, e eles tinham 18, 19 anos. Aquele golpe nos separava, e o golpe era culpa da minha geração. Nós é que tínhamos feito as opções erradas, tínhamos levado àqueles impasses. Eles, a nova geração, é que iam nos corrigir, pela vontade, pela luta armada. Um livro importante dessa época que incendiou muito os debates foi o do Caio Prado Jr., *A revolução brasileira*.

Escritos – Você disse que viu que o golpe não ia frear a modernização do país, ao contrário do que afirmavam os diagnósticos da época. A sua compreensão daquele processo se construiu ainda antes do AI-5?

Para chegar a formar uma compreensão de 1964 não bastava tomar a política de forma epifenomênica. Toda a literatura dos anos 70 é uma literatura de escavação profunda. Exemplos: *São Paulo e o Estado nacional*, [de Simon Schwartzman], *Agrarian roots of modernization in Brazil*, de Elisa Reis, *A revolução burguesa no Brasil* [de Florestan Fernandes], de 1975, *A construção da ordem*, de José Murilo de Carvalho, *Capitalismo autoritário e campesinato*, [de Otávio Velho]. Eu estou nesse movimento. *Liberalismo e sindicato no Brasil* é de 76. Cada um, com seu viés específico, buscava entender o capitalismo autoritário no Brasil, que vinha com a elite agrária e que, ao mesmo tempo, era modernizante.

Escritos – Depois de se formar em 1967, você entrou para o mestrado no IUPERJ. Foi com o propósito de compreender o golpe?

No princípio, eu parti para buscar o entendimento para extremar a ação. Essas coisas em mim eram profundas. Eu tinha uma ligação muito forte com o Mário Alves. O diagnóstico dele era de que tinham ocorrido erros políticos, traições de classe, capitulações. Era preciso então revolver tudo, criar uma política efetivamente revolucionária. Ele criou o Partido Comunista [Brasileiro] Revolucionário, com o Apolônio [de Carvalho] e o [Jacob] Gorender. Ele andou mobilizando gente, foi na casa de vários colegas, de intelectuais. Ele foi à minha casa me convidando para fazer parte do seu movimento. Aí eu dei minhas razões e ele ouviu. Eu não vou saber reproduzir exatamente o que ele disse na época, mas falou que era a primeira vez que ouvia razões persuasivas para não aceitar o convite. Em 64, 65, eu já era detentor de um outro diagnóstico, de que o caminho de luta contra o regime era o caminho de massas, político.

Escritos – Gramsci te ajudou na construção dessa percepção?

Eu ainda não tinha lido Gramsci nessa época. A primeira vez que eu ouvi uma referência a Gramsci não foi na UFRJ, foi de um intelectual negro do PCB, favelado, de codinome Crioulo Edgar, numa reunião onde ele utilizou Gramsci como uma referência.

Escritos – Que bibliografia, influências e diálogos circulavam no IUPERJ?

Diálogo acadêmico, com uma influência weberiana muito forte. Havia o Simon [Schwartzman], o Bolívar [Lamounier]. O Simon ofereceu um curso, muito bem aceito pelos estudantes, sobre uma interpretação do Brasil baseada em [Raymundo] Faoro e no [Reinhard] Bendix, de *Weber: um retrato intelectual*. Terminado o curso, ele organizou um número da revista *Dados* com ensaios seus e dos estudantes, que na verdade significava uma defesa da visão do Faoro sobre o Brasil. Aí a bibliografia começou a crescer e o Faoro, que tinha passado indene desde 1958, começou a ser um autor consa-

grado e academicamente prestigiado. No Iuperj, nessa que foi a primeira turma, em 1969, o Faoro já não era mais considerado um reacionário. A segunda edição de *Os donos do poder* é de 1974 e ele se encaixa exatamente nessa tentativa de escavar o Brasil para entendê-lo. Boa parte da projeção dele pós-1970 começa no Iuperj, pelas mãos do Simon. Mais tarde, quando fui escrever minha tese de doutorado, já tinha uma interpretação antifao-reana do Brasil consolidada.

Escritos – Aí, sua vida acadêmica e política foi interrompida pela repressão.

Em 1970 me deram uma corrida aqui do Rio. Eu larguei tudo, fiquei um período escondido em São Paulo e depois no exílio no Chile, em 1971. “Pegaram” a minha “organização de base”, como se dizia na época. Um colega responsável pela organização, professor da PUC, foi torturado e entregou uma coleção de nomes, inclusive o meu. Eu estava em aula, quando uma funcionária do Iuperj me disse que estavam me procurando. Tive tempo para me evadir e fui para a PUC avisar os que lá estavam. Mas invadiram a PUC atrás de mim. Eu fui tirado da PUC por uma passagem meio secreta, pela Helena Levin. O José Nilo Tavares me levou para um sítio que ele tinha em Sepetiba. Aí eu fui garimpando, garimpando e cheguei em São Paulo, onde eu fiquei em vários lugares. Ia para a casa de um; passava um tempo, ia para a casa de outro. Era complicado porque você invadia a vida familiar do outro. No final de 1970 eu saí do Brasil. No Chile eu percebi muito claramente o que nós vivíamos aqui. Nós estávamos doentes, o país estava doente. Lá, havia um entusiasmo jovial pelas coisas. Vi também muitos que saíram do Brasil quebrados, doentes, em muito pouco tempo se recuperarem. Fiquei ligado ao Celade – Centro Latino-Americano de Demografia. Acabei fazendo um trabalho de demografia comparada sobre Brasil, Colômbia e Chile. O meu círculo era de jovens, alguns do Partido Comunista. O primeiro exílio chileno, entre 1964 e 1968, foi um exílio manso. Nele estavam Artur da Távola, Fernando Henrique Cardoso. A época do meu exílio, já depois do AI-5, era a do exílio pesado, dos que saíram para não morrer. Em 1971, eu voltei clandestino do Chile. Não me pergunte por quê. Fui preso.

Escritos – Quanto tempo ficou preso?

Uns seis meses. O lugar mais desconfortável foi o Cisa – Centro de Informações da Aeronáutica. Eles variavam os centros de internamento. Ora era o Cenimar, da Marinha, ora o Doi-Codi, do Exército, ora a Aeronáutica, no Galeão, onde mataram o Stuart Angel. Fui preso na semana em que ele foi morto e isso talvez tenha me garantido a vida. Começaram a me dar choques, aquelas coisas... Aí eu caí. E quando caí – estava de capuz –, notei que houve uma celeuma muito grande. Tomaram a minha pressão e disseram que se eu estivesse fingindo, iriam me matar. De algum modo eu não estava fingindo. Eles pararam, me levaram para a cela, eu ainda de capuz, me deram um pontapé e fecharam a porta. Passei 15 dias em câmara de som. Aí me tiraram de lá.

Escritos – Como você saiu? E depois que saiu, como se reinseriu na vida profissional?

Tiveram a comunicação de que eu não era da luta armada. Naquela época tinha momentos de pico, quando arrebantavam, matavam, e tinha momentos em que a repressão amainava. Fui solto por meio de *habeas corpus* e me chamaram para advogar. Aí eu fui para um escritório e me deram um caso de maconha, ali na 14ª DP do Leblon. Não deu pra mim. Eu não sabia qual era o meu lugar... Se dentro da cela, ou fora da cela... Até conversei com o Simon para ver se voltava ao Iuperj, mas não havia jeito. Aí um amigo me telefonou para advogar em São Paulo. Era um pessoal que tinha me homiziado quando eu estava clandestino. Estive, então, na casa do [Carlos] Estevam Martins, que era meu amigo daqui do CPC e estava em São Paulo, no Cebrap. Ele me recebeu de forma muito generosa. No começo de 1972, pegamos um carro e fomos à casa do Fernando Henrique e dali fui trabalhar na enciclopédia da religião, dirigida pelo velho Procópio [Cândido Procópio Ferreira de Camargo], no Cebrap, pela editora Abril. Era uma edição belíssima, muito cara, a biografia era fantástica. Só que os autores... Eram todos ateus, todos comunistas! Foi um fracasso total! Era uma sociologia-zinha barata. Eu fiz sobre as religiões do Egito, fiz um monte de religião. Tinha que fazer uma por mês.

Escritos – Que diferenças você via na atividade intelectual do Iuperj e do Cebrap?

Nessa época, o Cebrap e o Iuperj eram sustentados pela Fundação Ford. No caso do Iuperj, depois da saída da Ford entrou a Finep, que bancou por muito tempo também. Aí a Finep saiu, deixou para a pobre da Ucam e a Ucam, coitada... Acabou acontecendo isso aí com o Iuperj. O Iuperj não era considerado ameaça pela repressão. Já o Cebrap se sediava em São Paulo, e essa distinção sócio-político-geográfica era fundamental. São Paulo tinha o mundo da opinião vivo, menos atrelado ao Estado. Eu me juntei a um grupo de trabalho com vários pesquisadores, todos a pesquisar trabalho operário. Era liderado pelo [Francisco] Weffort, tinha a Maria Hermínia Tavares de Almeida, Régis Stephan de Andrade, que morreu, e Fábio Munhoz, que também morreu. Logo depois entrei para o doutorado da USP, o que também se deveu à extrema generosidade do Weffort. Ele me arranjou uma bolsa na Fapesp em 15 dias — ele tinha muito prestígio. Ele era muito moço e era professor num departamento pesado, de onde muitos tinham saído e ele tinha ficado. Ele era amado pelos estudantes, de maneira que a universidade tinha com ele uma relação particular.

Escritos – De que forma você combinou, se é que combinou, a sua formação comunista, o Gramsci, o Rio de Janeiro, toda aquela bagagem, com a visão paulista do Brasil que se desenvolvia nos estudos do Cebrap e da USP?

Eu me senti muito bem em São Paulo. Por tudo: a generosidade das pessoas, o seu ânimo de resistência. Todos com uma vida de classe alta, o que levou o Simon, uma vez, andando comigo pelas ruas de São Paulo, a dizer:

– Pô, não consigo entender essa gente! Vivem nababescamente e são todos de esquerda!

A realidade do Rio era muito mais modesta. Em São Paulo, havia um espaço que não havia no Rio. Em um mês de São Paulo, eu estava em reuniões na casa de Severo Gomes, um empresário paulista. Eu nunca tinha entrado na casa de um empresário no Rio de Janeiro. A circulação de pessoas e de ideias por lá era dessa natureza. A universidade não era uma instituição isolada da sociedade. Estava ligada à grande mídia, aos empresários, aos partidos, aos políticos; depois aos sindicatos, ao Dieese, mas já estava começando aí o movimento, com

o [Walter] Barelli, o [Almir] Pazzianotto. Aí o tema não era nação, era classe; não era Estado, era sociedade. Eu percebi e vivenciei, especialmente nesse grupo de trabalho, as mesmas concepções esquerdistas que eu tinha conhecido aqui no Rio: sindicalismo autêntico, assembleísmo, recusa à política, recusa ao Estado... E entrei em confronto com eles, inclusive com meu orientador, o Weffort, que, mais uma vez, foi de enorme generosidade comigo. Essa chave do Gramsci foi mostrada para eles e eu contestava os textos do Weffort dentro do grupo. Ele, num registro sempre muito democrático, generoso... Isso tudo trabalhou para mim como uma muleta: eu não precisava inventar o meu argumento. O meu argumento vinha deles, bastava inverter. Estava tudo feito, tudo pronto. Era só introduzir o meu olhar ali, mudar. Eu sabia exatamente onde eu tinha que intervir.

*Escritos – São Paulo era o território da análise de classes, das estruturas. Você trazia a questão das instituições e do direito – talvez do luperj. Você organizou o seu pensamento por oposição?*

Por oposição só, não. Tem outra coisa que está desfocada nesse meu relato: é que houve uma universidade implícita aí, o Partido Comunista. Cada reunião era uma tentativa séria de se buscar uma interpretação da situação. Nós não fazíamos isso de quando em quando, mas toda semana, às vezes duas, três vezes por semana, sempre submetidos à controvérsia, questionamento e verificação das circunstâncias que se afirmavam. Isso foi um aprendizado muito grande, embora tudo tivesse sido desenvolvido sem bibliografia aberta, mas com a que cada um trazia ou com a experiência de vida de cada um. Então tem coisas finas que não estão propriamente nos livros. Por exemplo, na experiência de um operário de 50 anos que entrou no Partido Comunista aos 15, e que chegou a deputado estadual, como o João Macena Melo, que morreu sob tortura. Tem coisas que você vai pegando, repositórios de experiências vivas e feitas não num terreno amador, mas num terreno duro de vida ou morte! Se você é preso, você vai ser muito torturado, você pode ficar tranquilo que vai ser assim; você só vai sair vivo numa boa hipótese. Tem que se preparar para morrer sem falar. Essa é uma questão que sempre se punha para nós: “Será que eu saberei me calar quando for preso?”. Ao mesmo tempo, você se expunha, saía carregando jornais para distribuir. Você ia para a reunião e era um risco permanente. Eu não sei se eu vou saber explicar como cheguei em São Paulo, no território intelectual das classes, das estruturas,

do pensamento estrutural, e cheguei com essa perspectiva das instituições, que as instituições importam, que o direito importa. Eu acho que eu peguei isso nessa universidade viva que eu fiz, não só nas minhas universidades funcionais. Mas a passagem pelo IUPERJ não foi inteiramente sem sentido. Ela deixou uma marca. Eu acho que a marca foi essa que você notou: a importância das instituições, do direito. Eu ainda não tinha pensado nisso. Isso não me deu uma identidade, mas sim um contraste com o pessoal de São Paulo. Um outro caminho.

Escritos – Mas a marca da valorização do público, da nação, vem de antes do IUPERJ, não?

Ah, sim, vem do mundo que Monteiro Lobato criou. É a história da geração mesmo, Getúlio, Petrobrás... O nosso professor de geografia no Pedro II nos levou a um passeio, todos fardadinhos, para Volta Redonda. Na hora em que o aço era jogado naquelas caldeiras monumentais, a gente só faltava cantar o hino nacional. Era um momento de triunfo. “Nós podemos!!!” Na época não era claro que nós podíamos. O complexo de vira-lata do Nelson Rodrigues é muito dessa geração, que teve ainda um momento extraparlítico simbólico, muito dramático: a derrota na Copa do Mundo em pleno Maracanã. Aí a percepção era de que não podíamos mesmo!

Escritos – Esse contraste entre a sua perspectiva e a do grupo do Weffort se estendia também a outros?

Não. O Fernando Henrique era diferente, era muito mais complexo. Eu saí do Cebrap por lealdade ao Weffort. Quando fui comunicar ao Fernando que ia sair, ele disse:

– Mas logo você?

Nós tínhamos uma comunicação boa, porque vínhamos do mesmo lugar, do Partido Comunista, da questão nacional do pai dele, o velho Leônidas Cardoso. Tínhamos ali uma conversa. Não muita, porque conversa muita com o Fernando Henrique não existe. Mas tinha. Tudo nele é meticulosamente pensado. Ele é muito cuidadoso, muito educado e muito generoso. Eu não tinha conversa, por exemplo, com o [José Artur] Gianotti, com o Francisco de Oliveira, mas tinha muita com o Carlos Estevam, tínhamos uma mesma matriz. O Weffort rompeu com todos, saiu do Cebrap e fundou o Cedec.

Escritos – A argumentação teórica para essa ruptura era um aprofundamento do marxismo estruturalista pelo Weffort?

Não, não. Tinha um “celofane”: a política de classes que o Weffort advogava e que o Fernando não praticaria, pelo menos com a integridade que o Weffort gostaria. Um momento divisor nesse grupo é o artigo do Francisco de Oliveira, a “Crítica à razão dualista”, que critica o Cebrap, critica o Fernando e recebe a aprovação e a consagração de todos, inclusive do Fernando. Esse momento foi muito importante para mim. Muitas coisas do *Liberalismo e sindicato no Brasil* derivam diretamente do Francisco de Oliveira. A essa altura eu já tinha um objeto de estudo: sindicato e trabalhador. Para isso, eu tinha que ir ao Estado Novo, quando a coisa foi criada. Sobre isso também a bibliografia na época era muito pobre. Um mineiro, o Jarbas Medeiros, fez uma sinopse de cada autoritário daquela época, com *A ideologia autoritária no Brasil*. Mas a interpretação que predominava era a do Boris Fausto, em *A Revolução de 30*, que era politicista, e eu me desconstruía daquilo. Eu dei um curso muito interessante em São José dos Campos, sobre os anos 30 no Brasil. Pus todos aqueles episódios bem arrumadinhos, mas eu não entendia porque a revolução tinha sido obra de homens que tinham vindo do latifúndio, que tinham vindo do atraso brasileiro, o Getúlio, o [Gustavo] Capanema, o jurista Francisco Campos. Toda a bibliografia empiricista de São Paulo não explicava. O positivismo deles, do [Edgar] Carone, do Hélio Silva, enfim, os fazia buscar atores que fossem porta-vozes, que fossem ventríloquos de fatos sociais capitais que estavam se processando... Só que não havia isso! Era preciso introduzir a dialética aí, de como é que o novo podia vir do velho. Eu estava com uma bibliografia que não me servia – Boris Fausto não me servia, como também as interpretações a respeito do papel dos militares no Brasil não me serviam. A luz veio do tema agrário. O *fiat* foi teórico. Quando eu peguei o Lenin da questão agrária, das duas formas de desenvolvimento, eu disse: “Pô, é isso!” Aí, peguei o Gramsci com aquela discussão do corporativismo na Itália, o Gramsci da forma pela qual a Itália chega ao moderno. Esse foi o momento em que irrompeu uma bibliografia no Brasil que cumpriu um papel fundamental: Barrington Moore [*As origens sociais da ditadura e da democracia*]. A natureza do moderno no Brasil ia por aí. A política para os setores subalternos era essa de as-

sujeitamento sob via corporativa com a cessão de direitos. Isso dá a natureza da nossa revolução burguesa, que já vinha se fazendo há tempos. Não adiantava ficar procurando a revolução burguesa do Boris Fausto ou tentar encontrá-la no figurino americano ou no francês. Ela estava se cumprindo diante dos nossos olhos. Isso Florestan disse também, certamente muito melhor do que eu. O que ele não disse é que era possível enfrentar a natureza do capitalismo autocrático brasileiro por recursos que não fossem os da violência revolucionária. Ele conferiu a essas categorias um papel permanente. O mesmo aprisionamento está no Otávio Velho, em *Capitalismo autoritário e campesinato*, onde a luta pelas liberdades é vista como uma saída meramente escapista. No caso do Florestan, não tem revolução passiva: ele cita o Gramsci do *Risorgimento só en passant*. Nele, o que há é um domínio autocrático, uma violência sempre renovada. O argumento dele, especialmente quando cuida do processo da independência, é gramsciano, mas ele abandona esse argumento na medida em que avança na história atual do país.

Escritos – Outras pessoas como Elisa Reis e o próprio Otávio Velho na mesma época se dedicaram também ao Estado Novo, a Vargas, à questão agrária, mas a inserção do Barrington Moore neles é muito mais forte. A que o Barrington Moore serviu de fato, se você tinha Gramsci e Lenin para lidar com a questão agrária?

Retórica, persuasão. Era bom trazer o Barrington Moore para o campo marxista. O argumento dele era bom.

Escritos – Essa leitura do Estado Novo como uma peça-chave da revolução burguesa no Brasil é hoje vitoriosa? Você empresta alguma positividade ao varguismo?

Já foi, mas hoje não sei. A história é sempre vista pelos contemporâneos. Uma coisa é você fazer história do Estado Novo sob o regime de 69. Outra coisa, sob o regime de 2010. Você vai selecionar outros aspectos. Você pode introduzir releituras, reinterpretações, e enunciar nuances, introduzir valorizações onde antes se via mais negatividade. Que [o período Vargas] teve algo de positivo, teve. Incluiu uma parte dos de baixo, os urbanos. Montou o Estado com capacidade de intervir, trouxe elementos de meritocracia, embora saibamos que devemos olhar isso com cuidado. Mas, para a sociedade que

tínhamos, formou-se uma burocracia mais capaz de intervir, de compreender o mundo, de agir.

Escritos – É curioso que você chame o livro de *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Por que escolher liberalismo para o título, quando o fulcro é o varguismo, a autocracia?

Você tem razão. O que está fazendo o liberalismo aí nesse título, não é? Ele estava lutando contra o regime. Esse é o momento em que eu estou preconizando uma aliança com os liberais para derrotar o regime autoritário de 1964! Essa é a questão. A minha identidade marxista não é uma identidade fácil. Dois intelectuais marxistas mais jovens que eu uma vez me interpelaram: “Você é um marxista que quase não cita Marx!”. Eu sempre estou com esses elementos de heterodoxia me rondando, mas a minha formação foi marxista brabo. Não contei sobre o curso que fiz na União Soviética em 74? Mas olhando de hoje, acho que a questão liberal é importante. É um ideal de vida, destravar o indivíduo, desengastar o indivíduo do Estado, personalizá-lo, criar formas e meios através dos quais ele possa fazer a sua trajetória. Nós vivemos hoje esse *pendant* entre o Estado e a sociedade, uma hora de direitos, que não é brasileira, é mundial, em que os territórios e o Estado estão sendo devassados. É verdadeiro o argumento que identifica nesta hora contemporânea a emergência de uma enorme quantidade de direitos que não têm território determinado: feminismo (da mulher iraniana à africana, brasileira, americana), questão sexual, questão do ambiente. Na economia, esses territórios também estão sendo devassados. A crise de 2008 deixou isso patente. Os indivíduos estão cada vez mais se remetendo a instituições supranacionais: Organização Mundial do Comércio, Tribunal Penal Internacional, Organização Internacional do Trabalho. Você não pode mais falar em direito, mas em direitos.

Escritos – Num artigo seu muito conhecido, “Weber e a interpretação do Brasil”, você fala numa clivagem na tradição do pensamento brasileiro entre aqueles que valorizam o Estado e os que valorizam a iniciativa individual, mais afeita à cultura material e ao mercado. A literatura traz também a ideia de solidariedade como uma outra possibilidade. Quando o projeto Vargas veio com o Estado organizando essa sociedade, não veio simplesmente com o Estado como árbitro, mas tentando promover algum tipo de composição social de cima para baixo, algum tipo de germinação de uma solidariedade. Penso

no diagnóstico do Oliveira Viana, de que sem uma ação propositiva do Estado não teríamos uma organização solidária. O varguismo promoveu certa pedagogia da solidariedade?

Eu descrevi isso várias vezes. Promoveu, sim, mas por cima. A grande utopia foi a da esquerda, a base da cooperação enraizada na própria produção. Tem uma parte d'O *Capital* que se chama cooperação, as afinidades, a luta comum, o trabalho como referência bíblica crucial – trabalho coletivo certamente, mas antes disso o trabalho bíblico, a pedagogia natural societal nesse espaço iluminado do mundo que seriam as fábricas modernas. Isso é Gramsci – a hegemonia nasce na fábrica –, mas está no Marx; de forma menos edulcorada, mas está lá. No Weber, a descrição é igual, mas termina numa visão absolutamente pessimista e negativa. Nele, trata-se de disciplina, de petrificação, não tem saída. Quem é objeto desse processo não escapa, fica nesse círculo de ferro. No marxismo tem saída: sai puxando pelos próprios cabelos, pela autoeducação, o que a própria fábrica promove. A ação política não tem sozinha a capacidade de ordenar. O Gramsci do americanismo é também assim de certo modo. Mas, se essa pedagogia da fábrica não é assim, como me parece que não é ou acabou não sendo, e agora? Esse é um desafio da cena contemporânea. Também pode se introduzir um mundo de livre deliberação, de iguais oportunidades, mas contra quem esse homem vai se educar? Vou arriscar agora, me perdoem: a educação é um processo contra quem, contra o quê. A educação precisa de adversário, de antagonista.

Escritos – Não é isso que você encontra no *Liberalismo e sindicato*, uma montagem de harmonia e conciliação? Corporação não é: “vamos dar os braços, capital e trabalho”?

*Liberalismo e sindicato* diz que essa harmonia é falsa. Agora, estamos saindo desse território brasileiro singular, dando uma grande angulada e olhando para o mundo. Primeiro, pensamos a fábrica moderna como um lugar de produção de boa sociabilidade, de pedagogia; depois, tiramos isso e estamos tentando pensar o que podemos colocar no lugar. No momento presente, essas questões estão vivíssimas com o ressurgimento do varguismo à medida que termina o governo Lula.

Escritos – Depois de ter escrito *A revolução passiva e o americanismo no Brasil*, você consolida a interpretação de que seríamos filhos das matrizes ibérica e americana, uma com forte valorização do público e a outra com aposta no indivíduo e no mercado. Alguns te identificam com o iberismo e outros com o americanismo, mas você diz que “aqueles que optaram por um lado e por outro fracassaram”. Por quê?

Uma coisa é você estabelecer um campo de análise, outra coisa é estabelecer um programa. Na verdade, o que eu estou sempre tentando dizer é que a América tem que dirigir a Ibéria, o moderno tem que dirigir o atraso. Aliás, a única coisa que o Fernando Henrique prestou atenção em mim foi essa frase. Apresentei esse programa, que de certo modo se realizou ou se vem realizando de forma confusa. Está aí o governo Lula dirigindo o atraso, mobilizando as categorias varguistas e ao mesmo tempo insuflando o mundo dos interesses, do mercado. O que não tem é hegemonia, certo? Para ter hegemonia tinha que ter um ator convencido desse diagnóstico e que se empenhasse na sua realização. Isso não tem. Isso transcorre, digamos, passivamente, pragmaticamente. Para onde isso vai? É possível que esse movimento se reitere, e que essa combinação se preserve; cada termo preserva o outro. Acho que tudo isso é sinal de que o ator forte não comparece. É uma sociologia que se transmuta, que se mascara de política. O que está faltando é política. Estou falando do tema da hegemonia central, em que o ator é fundamental – isso no Gramsci e no Lenin.

Escritos – De 50 a 60 tinha essa disputa por hegemonia. No plano cultural inclusive. Isso teria sido um golpe mortal da ditadura de 64, talvez uma diferença entre Estado Novo e a ditadura militar?

Em 50 e 60 tinha essa disputa. No Estado Novo, não. Era um projeto só, um ator só. Em 64 era diferente. A opinião pública já se destroçava aqui em 64. Primeiro tinha esse projeto de “vamos realizar a aventura do corte, da ruptura”. Já o PT veio com o mundo das coisas reais. Escolheu não romper, consultar o mundo real, trabalhar com os limites e conduzir esse mundo a cada dia, inclusive na crise de 2008, em que os velhos instrumentos, a velha caixa de ferramentas da tradição autoritária brasileira se abriu, e disse “eu ajudo a dar conta disso um pouco”. A diferença hoje é que a Ibéria não se refaz totalmente, porque ela é operada a partir de outro ângulo, com o lado americano, com o lado dos interesses, com o lado das liberdades individuais e coletivas.

Escritos – Nesse texto do iberismo e do americanismo, você dialoga com muita gente – o Faoro, o Richard Morse. Mas a sua Ibéria não é a do Morse, que parece um bloco cultural, que não tem história. A sua é uma Ibéria dinâmica, não é?

A Ibéria é algo não a ser reconstruído, mas a ser interpelado. O que importa da Ibéria é preservar a tradição do público. Isso nos singulariza. A esfera do público aqui é muito poderosa, está sempre se reatualizando. Agora, é totalmente inútil ficar nesse nominalismo – quem é ibérico, americano, luzia ou saquarema. Qual é a questão central? Vieram importantes segmentos de baixo, trabalhadores, com a denúncia da natureza do Estado, da legislação como aprisionadora dos seus movimentos, reivindicações e interesses. Isso ocorreu no final dos anos 70. Esse movimento resgatou uma interpretação negativa da história. A nossa história tinha levado a fechamentos. Não à toa se dá a convergência entre o sindicalismo que vai dar no PT, o Faoro, o Florestan, toda uma constelação que, por afinidades eletivas, se estrutura e se arma com base nessa percepção. Eu me contrapus a isso sem mobilizar a Ibéria, apenas dizendo para essas forças que vinham: vamos abrir de verdade a nossa história; a presença do público que está lá é algo que vale a pena ser preservado. Foi apenas isso que eu tentei fazer esse tempo todo, com que os americanos, esses novos, esses emergentes, dirigissem a nossa história. A pessoa tinha que estar à altura dela e não negá-la, como faziam, pretendendo uma refundação! Aí está o ponto: não era refundar. Isso podia ter sido feito no plano do pensamento. Acho que vocês vão ser generosos comigo o suficiente para reconhecer que alguma coisa nessa direção eu fiz e faço, mas não era uma intervenção individual que ia encaminhar isso. Como naqueles extremos, que tiveram sempre portadores reais da sociedade, era preciso que essa perspectiva encontrasse o seu portador. E não encontrou. Ponto e vírgula. Mas acabou encontrando. Não no plano do pensamento, mas num menos nobre, difícil de dar em boa solução, que foi o campo da pragmática. Continuou-se, sim, com a representação desse moderno, reinterpretou-se a tradição de um [José] Sarney, de um [Jáder] Barbalho, reinterpretou-se tudo isso e... O enunciado foi toldado, velado, tornado obscuro. Não se educou, não se exerceu pedagogia, não se ensinou pela política – esse teria que ser o caminho –, porque tudo se resolveu em uma contabilidade de voto, de favores. Foi trazido da tradição o que há de pior nela e obscurecido o que há de melhor no moder-

no, que é a autonomia de discussão. Mais uma vez trouxeram os sindicatos e os movimentos sociais para dentro do Estado. A cobra morde o rabo, as duas pontas se encontram de forma acrítica. Esse é que é o ponto para mim.

Escritos – Qual é o papel dos intelectuais nessa formulação sobre o Brasil?

Isso continua rolando e agora virou uma coisa bizantina infundável no campo acadêmico. As arbitragens acadêmicas não têm valor algum. Arbitragem verdadeira quem faz é a sociedade. É ela que aponta, seleciona dessa multidão de coisas que nós fazemos a que for mais persuasiva, mais interessante. A universidade pode fazer o que quiser com o dinheirinho que o Estado dá para elas. Isso não vai ganhar parada nenhuma, eles não vão deslocar ninguém.

Escritos – Como você vê as transformações no papel do Judiciário à luz da dialética entre América e Ibéria?

A evolução processual do direito é uma coisa americana. Veja o livro de [Philippe] Nonet e [Philip] Selznick [*Direito e sociedade: a transição ao sistema jurídico responsivo*]. Como é que nós vamos mudar mesmo? Dizem eles: vamos montar aqueles institutos legais aqui e vamos trazer a sociedade para operar isso e ir mudando. Isso é pragmatismo americano típico, dois caubóis americanos lutando para mudar aquela sociedade. Por onde? Pelo direito.

Escritos – Os seus estudos sobre as Ações de Inconstitucionalidade atestam que o PT foi um dos partidos que mais acionou esse instrumento. A política estaria se deslocando de um lugar tradicional no Legislativo. A sociedade e os próprios partidos políticos recorrem ao direito. Como você vê essa judicialização da política, e qual é o lugar disso na nossa revolução passiva?

Eu vejo esse processo de forma positiva e, a essa altura, eu diria que a torcida do Flamengo também. Todos os poderes se remetem cada vez mais ao Judiciário – o Legislativo, o Executivo e a sociedade. Isso resulta não só de ausências, mas também de uma nova presença que procura encontrar passagem para a defesa e conquista de novos direitos. Alguns temas avançam muito nessa cena judiciária. A questão dos efeitos civis da relação homossexual avança muito mais no Judiciário do que aqui fora. Aqui fora vai ter muita dificuldade de avançar como lei. A

questão do aborto também. A condição para que esse processo seja valorizado é a sociedade estar ativada, ela deflagrar o processo, ser ela que se organiza para que a iniciativa tenha prosseguimento, tenha sentido.

Escritos – Você reclama da falta da política, mas ressaltar o Judiciário – um poder teoricamente mais técnico – não é reduzir a política?

Você tem razão. Essa é uma questão interessante. É sintoma de uma certa perda. Agora, vem cá, a *Crítica ao programa de Gotha*, a *Crítica à filosofia do direito*, de Hegel, a análise sobre a Comuna de Paris... Qual é a linha, o horizonte utópico que é posto? Fim da política, não é não? Evanescência do Estado, destituição da política, do direito. Então essa visão republicana não tem nada de exaltada. Por trás da sua posição está o seguinte: o republicano não perde com isso? Perde, sim. Mas o republicanismo não é um anacronismo? Nosso horizonte é Roma? Para onde é que nós vamos? Isso não quer dizer que não haja lugar para a república, lugar para o Estado hoje, agora, aqui. Mas são imensos continentes gelados que estão sendo derretidos pelo transcurso do tempo, dos novos processos que atuam no mundo. Quando o direito se desterritorializa, não se está realizando um movimento nessa direção? O Tribunal Penal Internacional pega o cara, esse servo-bósnio que está sendo processado, acusado da morte de não sei quantos milhões de muçulmanos... Aquilo não é um tribunal da terra dele, do Estado dele, ele está em uma prisão internacional ou vai para uma prisão internacional, está sujeito a uma ação internacional. Essa é uma sensação perturbadora para uma pessoa com a minha formação, com a minha tradição. É perturbador ver um cenário sem política. Mas eu não posso esquecer o horizonte utópico dessa minha tradição, que é remover tudo isso da frente! Utópico, certo? Que o Estado não vá embora, certo. Mas que ele se torne um pouco evanescente, que se torne um pouco mais perto da cidadania; que o direito venha um pouco mais para perto do cidadão. Isso pode ser bom! É perturbador não agir e somente ver como os processos transcorrem. Mas tentar identificar não deixa de ser uma forma de agir. Tem elementos complicados nessa cena sem política, no sentido clássico, mas isso pode ser bom. Nós estamos em um mundo no qual tudo tem que ser bem temperado, não tem preto e branco.

Escritos – Um pensamento social e político brasileiro é uma ferramenta indispensável do conhecimento do que somos?

O Barack Obama na campanha presidencial captou o pensamento social americano, mobilizou a herança, as raízes. Todas as referências foram no sentido de reinterpretar a tradição americana, de revalorizá-la. Eu sempre uso a expressão de Tocqueville, que já deve ter fatigado, de que os países são como as pessoas: guardam para sempre dentro da sua história o momento fundador. Nós temos duas presenças aqui, temos a Ibéria e a América. Nasecemos assim, com essa dupla certidão.

Escritos – O chamado pensamento social brasileiro surgiu junto com uma discussão sobre a sua cientificidade, sobre a validade dessa cultura sociológica que existia antes da institucionalização das ciências sociais no Brasil. Há uma diferença qualitativa entre o que é uma teoria e o que é um pensamento?

A minha preocupação é que as novas ciências sociais fiquem hoje apenas manipulando alfarrábios e deixem de procurar ver o mundo tal como ele está se organizando diante de nós. Isso eu acho ruim. O papel das ciências sociais no mundo de hoje é desvendar o que é essencial, o que estrutura o nosso mundo, o que não está à disposição da nossa vista comum e precisa ser interpretado, precisa ser devassado. Que isso se faça através da cultura é altamente relevante, mas sem perder de vista o objetivo principal.